



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

26/11/2010

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. CÂMARA CÍVEL.....	2
1.3. DESEMBARGADORES.....	3 - 4
2. JORNAL AQUI	
2.1. INSTITUCIONAL.....	5
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. COMARCAS.....	6
3.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	7 - 8
3.3. CÂMARA CÍVEL.....	9
3.4. DESEMBARGADORES.....	10 - 12
3.5. PRISÃO.....	13 - 14
3.6. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	15 - 16
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. COMARCAS.....	17
4.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	18
4.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	19 - 20
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	21 - 22
5.2. DESEMBARGADORES.....	23 - 25
5.3. INSTITUCIONAL.....	26
5.4. JULGAMENTOS.....	27 - 30
5.5. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	31
6. JORNAL EXTRA	
6.1. DESEMBARGADORES.....	32
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	33
7.2. JULGAMENTOS.....	34
7.3. PRISÃO.....	35
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. JULGAMENTOS.....	36 - 40
8.2. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	41 - 43
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. DESEMBARGADORES.....	44 - 45
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. COMARCAS.....	46
10.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	47 - 48
10.3. DESEMBARGADORES.....	49
10.4. EDITAL.....	50 - 51
10.5. JULGAMENTOS.....	52 - 54
11. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
11.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	55
11.2. DESEMBARGADORES.....	56

COMARCA DE IMPERATRIZ

Em reunião com juízes da comarca de Imperatriz, ontem (25/11), o desembargador Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, fez a entrega simbólica dos serviços de reforma das instalações do Fórum "Ministro Henrique de La Roque", após dez meses de obras. Os investimentos do TJMA na melhoria do fórum foram da ordem de 1 milhão de reais, recursos oriundos do Fundo de Modernização e Reparcelhamento do Judiciário (FERJ), que se destina a melhorar a infraestrutura da Justiça estadual.

Dentre os serviços realizados pela diretoria de Engenharia do TJMA, foi feita a substituição do piso e do forro das dependências do fórum; a reforma dos 13 sanitários privativos das varas e dos utilizados pelo público, com substituição das louças e metais; a revisão das instalações hidráulicas e elétricas, com a troca de tubulação e fiação, respectivamente; instalação de pontos de ar-condicionado e a renovação dos 120 assentos do salão do júri. As melhorias incluíram, ainda, a construção de sanitário exclusivo e a aquisição de elevador para uso por pessoas com deficiência física e a construção de duas celas de espera, com sanitários anexos, para presos de ambos os sexos que antes aguardavam as audiências criminais nos corredores. A segurança das pessoas que trabalham ou visitam o fórum também foi reforçada com a construção de uma escada para saída de emergência, em caso de incêndio ou pânico, ligando o segundo pavimento do edifício ao estacionamento.

Estado deve fornecer medicação a portador de diabetes e pessoa com deficiência

Portador de diabetes mellitus recorreu à Secretaria de Estado de Saúde para receber medicação, conforme prescrição médica. Mas a sua solicitação não foi atendida, e ele apelou ao judiciário, por não ter condição financeira de arcar com o pagamento das insulinas e dos materiais necessários para sua aplicação. O juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Nonato Neris Ferreira, determinou que o Estado fornecesse os medicamentos.

O Estado recorreu ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sob alegação de que o dever do Estado é garantir o direito a saúde reconhecido

a todos, no sentido de organizar políticas públicas que visem combater ou prevenir a população da propagação de doenças. Com esse ponto de vista, defende ainda, que a saúde consiste, então, em um direito social referente a oferta de condições necessárias a campanhas de vacinação, por exemplo.

A 3ª Câmara Cível do TJMA manteve a decisão de 1º Grau que determinou o fornecimento dos medicamentos. O relator do processo foi o desembargador Lourival Serejo, que também deferiu na mesma sessão o fornecimento do medicamento Indebenoma a uma pessoa com deficiência.

O DESEMBARGADOR do Tribunal de Justiça do Maranhão, Froz Sobrinho, recebeu menção honrosa do Sindicato da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon-MA) por sua contribuição política institucional ao setor da construção civil. A homenagem foi feita hoje durante a entrega do "Prêmio Master da Construção Civil 2010", promovido pelo Sindicato, durante o Salão Imobiliário do Maranhão...

Gil Cutrim elogia realização do III Encontro de Gestores Públicos

O vice-prefeito do município de São José de Ribamar, Gil Cutrim (PSL), elogiou a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que está promovendo, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, o III Encontro de Gestores Públicos, evento que tem como tema a "Otimização dos Gastos em Tempo de Escassez de Recursos".

O Encontro foi aberto nesta quinta-feira (25) e contou com as presenças da governadora Roseana Sarney (PMDB); do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon; dos conselheiros Raimundo Oliveira Filho e Edmar Cutrim, presidente e vice-presidente do TCE, respectivamente; além de centenas de prefeitos e vereadores de todo o Maranhão.

"A iniciativa do TCE é extremamente louvável, visto que, está proporcionando a troca de experiências entre gestores e incentivando a

boa prática da aplicação dos recursos públicos", afirmou Gil Cutrim, que representou o prefeito Luis Fernando Silva (DEM) na solenidade de abertura do evento.

Ao elogiar a iniciativa do Tribunal em promover o Encontro, o vice-prefeito lembrou que em São José de Ribamar, desde 2005, são desenvolvidas, por parte da administração Luis Fernando, ações importantes de fiscalização e controle do dinheiro público.

"Só para se ter uma idéia, a Prefeitura criou na sua estrutura administrativa uma Controladoria que fiscaliza a aplicação de recursos por parte de todas as Secretarias Municipais", explicou Cutrim.

É importante destacar também que, em cumprimento o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, Gil Cutrim, somente este ano, já compareceu duas vezes à Câmara Municipal de Ribamar, onde detalhou ao

povo ribamarense, durante audiência pública, como e onde o dinheiro público está sendo empregado.

A governadora Roseana Sarney também elogiou a iniciativa do TCE de promover o evento que, segundo ela, vem ao encontro dos novos anseios da sociedade maranhense.

"Nos próximos quatro anos, o Maranhão receberá cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos. E os gestores públicos, desde já, devem estar preparados para este novo momento".

Ontem, primeiro dia do III Encontro de Gestores Públicos, foram realizadas palestras e mesas redondas. O evento será encerrado no final da tarde de hoje.

Crédito das fotos: Osvaldo Costa/ASSCOM PM/RR



► Gil Cutrim com conselheiros do TCE, palestrantes e outros gestores públicos

GRITA GERAL

O Sr. José Paulo Dantas aproveita o espaço do Grita Geral para reclamar da seguinte situação vivida por ele junto ao Arquivo Geral do Judiciário Maranhense, com sede no Parque Pindorama. Ao solicitar um documento que ele estava precisando para resolver um problema particular, veio a surpresa: lá não havia papel para imprimir o documento solicitado. Resultado: ele teve que tirar dinheiro do seu bolso para comprar uma bobina de papel para fax. Só então, ele conseguiu o seu objetivo. Ele ficou sem entender como o estado do Maranhão, que não vai passar de um governo para outro, está nestas condições, sem dinheiro para nada.

CASAMENTO TERÁ 270 CASAIS

Um total de 270 casais dirá o "sim" no casamento comunitário que a comarca de Olho D'Água das Cunhãs realiza em 16 de dezembro, às 16h, na sede da Secretaria de Assistência Social do município. Com o final das inscrições, no dia 17, teve início a etapa de habilitação dos noivos, quando os documentos são analisados e os nubentes declarados definitivamente habilitados.

Justiça recebe denúncias contra prefeitos de Igarapé Grande e Santana do Maranhão

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, ontem, 25, denúncias contra os prefeitos de Igarapé Grande, Geames Macedo Ribeiro; e de Santana do Maranhão, João Sebastião Silva de Almeida. Geames foi denunciado pelo Ministério Público (MPE) por porte ilegal de arma, e Almeida é acusado de improbidade administrativa, por ter prestado contas de um convênio fora do prazo.

A denúncia contra o prefeito de Santana do Maranhão noticia que ele firmou convênio com a Secretaria de Estado da Cultura para o repasse de verbas ao município, no valor de R\$ 50 mil, a fim de que se viabilizasse a realização dos festejos juninos sob o tema "São João da Maranhensidade". Narra que, dentre as obrigações contratuais, o gestor público teria que prestar contas da aplicação dos recursos até 1º de setembro de 2008, e que ele não o fez.

A defesa do prefeito alegou que a prestação de contas fora feita, embora com atraso. Junto aos autos declaração da Secretaria estadual, datada de 18 de fevereiro de 2009, atestando que a prefeitura encontrava-se regular com o órgão. Argumentou ainda que a denúncia foi ajuizada após a prestação de contas.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) ressalta que o dispositivo pelo qual o prefeito foi denunciado, o inciso VII do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 201/67, relata como um dos crimes de responsabilidade dos prefeitos "deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos (...)". Segundo o parecer, tal dispositivo não descreve como crime apenas o ato de deixar de prestar contas, mas o de não prestá-las no devido tempo.

A relatora, desembargado-

ra Maria dos Remédios Buna, acompanhou o entendimento da PGJ e votou pelo recebimento da denúncia. Os desembargadores Bernardo Rodrigues e Raimundo Nonato de Souza deram unanimidade à votação. A pena, em caso de condenação, é de detenção de 3 meses a 3 anos.

PORTE ILEGAL - A outra denúncia recebida, também por unanimidade, foi nos termos do voto do relator, desembargador Bernardo Rodrigues, para quem há indícios da ocorrência do crime no fato de um revólver calibre 38 ter sido apreendido com o prefeito de Igarapé Grande, que não tinha porte legal da arma.

Geames Ribeiro foi preso em flagrante em 19 de maio deste ano, na Rodovia MA-122. Segundo os autos, os policiais relataram que, ao transitar pela rodovia, verificaram que o denunciado se encontrava na garupa de uma motocicleta, portando ilegalmente a arma na cintura. O revólver, com seis munições, foi apreendido e submetido a exame de eficiência, cujo resultado indicou que estava perfeito para uso. O prefeito conseguiu liberdade provisória.

A defesa do prefeito alegou inépcia da denúncia por não haver especificação do local do suposto delito, e disse que, momentos antes da prisão, ele havia acabado de tomar a arma de um amigo que estava na iminência de envolver-se numa tragédia.

O entendimento da PGJ foi de que o suposto crime ocorreu de fato no Maranhão, que há indício real para recebimento da denúncia e por considerar inverossímil a versão de que o prefeito retirou a arma de um amigo. Os desembargadores acompanharam o parecer. A pena, caso o prefeito seja condenado no julgamento da ação penal, é de reclusão de 2 a 4 anos, e multa.

PREFEITOS DENUNCIADOS

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, nesta quinta-feira, 25, denúncias contra os prefeitos de Igarapé Grande, Geames Macedo Ribeiro; e de Santana do Maranhão, João Sebastião Silva de Almeida. Geames foi denunciado pelo Ministério Público (MPE) por porte ilegal de arma, e Almeida é acusado de improbidade administrativa, por ter prestado contas de um convênio fora do prazo.

O Estado deve fornecer medicação a portador de diabetes e pessoa com deficiência

Portador de diabetes mellitus recorreu à Secretaria de Estado de Saúde para receber medicação, conforme prescrição médica. Mas a sua solicitação não, foi atendida, e ele apelou ao judiciário, por não ter condição financeira de arcar com o pagamento das insulinas e dos materiais necessários para sua aplicação. O juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Renato Neris Ferreira, determinou que o Estado fornecesse os medicamentos.

O Estado recorreu ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sob alegação de que o dever do Estado é garantir o direito a saúde reconhecido a to-

dos, no sentido de organizar políticas públicas que visem combater ou prevenir a população da propagação de doenças. Com esse ponto de vista, defende ainda, que a saúde consiste, então, em um direito social referente a oferta de condições necessárias a campanhas de vacinação, por exemplo.

A 3ª Câmara Cível do TJMA manteve a decisão de 1º Grau que determinou o fornecimento dos medicamentos. O relator do processo foi o desembargador Lourival Serejo, que também deferiu na mesma sessão o fornecimento do medicamento Indebenoma a uma pessoa com deficiência.

Gil Cutrim elogia realização do III Encontro de Gestores Públicos

O vice-prefeito do município de São José de Ribamar, Gil Cutrim (PSL), elogiou a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que está promovendo, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, o III Encontro de Gestores Públicos, evento que tem como tema a "Otimização dos Gastos em Tempo de Escassez de Recursos".

O Encontro foi aberto ontem (25) e contou com as presenças da governadora Roseana Sarney (PMDB); do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon; dos conselheiros Raimundo Oliveira Filho e Edmar Cutrim, presidente e vice-presidente do TCE, respectivamente; além de centenas de prefeitos e vereadores de todo o Maranhão.

"A iniciativa do TCE é extremamente louvável, visto que, está proporcionando a troca de experiências entre gestores e incentivando a boa

prática da aplicação dos recursos públicos", afirmou Gil Cutrim, que representou o prefeito Luis Fernando Silva (DEM) na solenidade de abertura do evento.

Ao elogiar a iniciativa do Tribunal em promover o Encontro, o vice-prefeito lembrou que em São José de Ribamar, desde 2005, são desenvolvidas, por parte da administração Luis Fernando, ações importantes de fiscalização e controle do dinheiro público.

"Só para se ter uma idéia, a Prefeitura criou na sua estrutura administrativa uma Controladoria que fiscaliza a aplicação de recursos por parte de todas as Secretarias Municipais", explicou Cutrim.

É importante destacar também que, em cumprimento o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, Gil Cutrim, somente este ano, já compareceu duas vezes à Câmara Municipal de Ribamar, onde detalhou ao povo ribamarense, durante audiência pública,

como e onde o dinheiro público está sendo empregado.

A governadora Roseana Sarney também elogiou a iniciativa do TCE de promover o evento que, segundo ela, vem ao encontro dos novos anseios da sociedade maranhense.

"Nos próximos quatro anos, o Maranhão receberá cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos. E os gestores públicos, desde já, devem estar preparados para este novo momento".

Ontem, primeiro dia do III Encontro de Gestores Públicos, foram realizadas palestras e mesas redondas. O evento será encerrado no final da tarde desta sexta-feira (26).



Gil Cutrim com conselheiros do TCE, palestrantes e outros gestores públicos maranhenses

Helena avalia audiência sobre pólo guseiro e critica Vale

A deputada Helena Barros Heluy (PT) avaliou, em seu discurso, na quarta-feira (24), na Assembleia Legislativa, a audiência pública "Açailândia não pode parar", que abordou a demissão em massa de metalúrgicos no pólo guseiro daquele município. A deputada criticou a maneira como a Vale contribui para o "descarte" dos trabalhadores das empresas de ferro-gusa.

"É um impacto violento na realidade, no direito à vida, ao trabalho, à dignidade. São pessoas descartadas, porque a Vale resolveu vender seu produto, a preço inferior, para a China", criticou Helena, para quem a audiência foi uma "oportunidade de ouvir o clamor de um segmento sujeito às agruras da demissão, uma realidade brutal e cruel em diversos aspectos que envolvem Açailândia e sua gente".

Helena observou que os 38 trabalhadores, "vítimas da dinâmica do grande capital e da Vale", contavam que falariam para os deputados do Legislativo maranhense, apenas Carlos Amorim (PDT) e Antônio Bacelar (PV), que presidiu grande parte da audiência, compareceram. Ela afirmou que, apesar da emoção e do entusiasmo de terem conseguido falar em audiência para autoridades sobre o drama açailandense,

os metalúrgicos voltaram para casa com a grande interrogação sobre qual será a saída para o problema.

A deputada ressaltou as profundas repercussões sociais e econômicas para o município e seus moradores, sobretudo para os trabalhadores e suas famílias, cuja angústia ficou demonstrada nas faixas colocadas no Auditório Fernando Falcão, local da audiência pública de terça-feira (23).

PRISÃO DE JORGE MORENO - Ainda na tribuna, a deputada repudiou a prisão do juiz Jorge Moreno, juntamente com alguns militantes sociais, durante uma manifestação, em Dom Pedro. Helena criticou o fato e questionou que algo dessa natureza aconteça em pleno estado de direito.

"Faço esse registro, lamentando este retrocesso. Eu tenho dificuldades de conviver com retrocesso de conquistas históricas do povo brasileiro", frisou.

LIXÃO - A parlamentar também manifestou solidariedade para com a população de Rosário, município que, segundo denúncia de um panfleto, estaria ameaçado de receber um lixão em seu território. Helena colocou-se à disposição da comissão de deputados que se reuniu com integrantes do movimento que denunciou a prefeitura de Ro-

sário ao parlamento.

Para Helena, o panfleto que denuncia a implantação do lixão, em Rosário, merece "uma leitura com calma sobre o que representa", pois se trata de uma questão grave e que envolve risco de contaminação do solo daquele município, cortado de Igarapés e riachos.

"Isso implicará numa contaminação maior, além das que virão com a implantação da refinaria", alertou a parlamentar.

Secretário-geral da Assembléia visita corregedor-geral do TJ

↪ As matérias do Judiciário em apreciação pela Assembléia Legislativa e assuntos de Guimarães foram temas obrigatórios durante a visita do secretário-geral da Mesa daquela Casa, Bráulio Martins, ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, na manhã de ontem, 25. Os dois têm paixão comum pelo município do Litoral Ocidental do estado. Guerreiro Júnior é nascido em São Luís, contudo tem vínculos estreitos com Guimarães, onde tem propriedade rural e cultiva legião de amigos, incluindo a Baixada. Bráulio é virnarense de nascimento e, a exemplo do corregedor, mantém interesse permanente a tudo o que se relaciona com aquela terra.

POLÍCIA

Perigosos assaltantes presos em flagrante



LÍCIA
VIL
ANHÃO

A
L
IAO

Foto: Edilson Zéfido

Harlen Anderson e Diogo de Jesus

Homem tenta roubar retrovisor de moto e quase acaba linchado no Barreto



Jonathan Santana, depois de espancado por populares

PÁGINA 10

 FIM DA LINHA

Matadores de aluguel são presos nas proximidades do Socorrão II

Policiais militares apresentaram ao Delegado Arlindo Assunção, da Delegacia Especial do Maiobão, Harlen Anderson de Jesus, 22 anos, morador da Rua 13, casa 04, Bairro J. Lima, área do município de São José de Ribamar; e Diogo de Jesus de Sousa, 21 anos, residente à Rua 12, casa 16, mesmo bairro. A dupla foi denunciada pelo roubo de duas bikes de ciclistas, que foram atacados em frente à Escola Domingos Ribamar Filho, na Estrada de Ribamar. As vítimas foram ameaçadas pelos bandidos, que estavam armados com facas.

Ainda segundo a Polícia, após o roubo das bikes, os bandidos investiram contra as vítimas, que são estudantes, de quem tomaram dois celulares, um Nokia e outro Samsung. Os acusados já têm passagens pela Delegacia

Especial do Maiobão.

Segundo os policiais da Ronda da Comunidade, que prenderam os acusados, Diogo de Jesus é acusado de um homicídio praticado no se emenda e continua militando no submundo do crime.

Por sua vez, Harlen Anderson já respondeu uma bronca na Justiça, por andar com um comparsa numa bicicleta, armado com revólver, provavelmente para prática de assaltos.

Depois de ouvir os policiais militares e os acusados, o Delegado Arlindo Assunção autuou os assaltantes Diogo de Jesus e Harlen Anderson, em flagrante, incurso no art. 157 do Código Penal Brasileiro.

Após autuados em flagrante, a dupla de criminosos foi transferida da Delegacia Especial do Maiobão para o Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde aguardarão decisão da Justiça.

Bairro J. Lima, onde mora, além de vários assaltos a mão armada. Com a barriga aberta, consequência de facada desferida por um inimigo ao sair de uma festa, Diogo não



Harlen Anderson e Diogo de Jesus

Corregedoria agenda mais de 13 mil audiências para Semana da Conciliação

Um total de 13.797 audiências estão agendadas pela Justiça maranhense para a Semana da Conciliação, que começa na segunda-feira, 29, e se estenderá a 3 de dezembro. Dessas, 2.738 ocorrerão nas varas e juizados de São Luís. O número de audiências deve superar 15 mil nesta sexta-feira.

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, faz a abertura oficial do evento no estado, na segunda-feira, 29, às 8h, no 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Coroadó), ao lado da coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza. Naquele juizado estão previstas 236 audiências - o maior índice na capital.

No estado, 77 comarcas estão integradas à Semana da Conciliação, que conta com o trabalho de servidores de diversos setores da Corregedoria. São 28 os Juizados Espe-

ciais que participam da ação.

A 1ª vara de Barra do Corda assume a liderança das audiências no Poder Judiciário maranhense; tem 644 marcadas para o período. É seguida pela 2ª vara de Pedreiras, com 504 audiências.

PROCON - Reclamações junto ao Procon estão na pauta da Semana. As chamadas audiências de pré-conciliação agendadas pelo órgão chegam a 119. Dois juizes da CGJ estarão homologando os acordos feitos: Gisa Fernanda Nery Mendonça de Sousa e David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, respectivamente juizes substitutos da 4ª e 28ª zonas judiciárias.

A indicação dos magistrados consta de portaria editada por Guerreiro Júnior. Ainda por indicação do corregedor, o juiz Alexandre Moreira Lima, substituto da 9ª Zona Judiciária, funcionará na homologação dos acordos

selados por meio da campanha "Nome Limpo, Crédito na Praça", realizada em parceria com as Lojas Gabryella e Cemar.

Para o evento a Gabryella convoca consumidores que possuem débitos adquiridos até o ano de 2008 para negociar dívidas. Os interessados devem entrar em contato com a empresa.

PARA RESOLVER - De acordo com a coordenadora dos Juizados Especiais, o que a Corregedoria espera "é que haja realmente conciliação e que as empresas estejam dispostas a se conciliar com as partes. Essa é a melhor forma de resolver: a conciliação", acrescenta.

Nas unidades judiciais as audiências acontecem pela manhã e tarde. Em Pinheiro, a novidade são as audiências noturnas, que visam a agilizar ainda mais as conciliações na comarca.

CONCILIADORES - A co-

ordenadora destaca o trabalho feito junto a empresas com demandas na Justiça. Os representantes delas foram orientados a antecipar para a Semana da Conciliação os processos com audiências marcadas de março a julho de 2011. "Alguns colegas juizes também indicaram conciliadores para ajudar na tarefa", explica a juíza.

As faculdades da capital foram convidadas pela Coordenadoria dos Juizados a colaborar com a ação. Devem participar com alunos do curso de Direito a partir do 7º período.

O resultado diário de cada unidade judiciária será registrado por um servidor do Judiciário. Os dados serão enviados ao final do dia para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na Semana da Conciliação do ano passado o estado registrou 8.432 audiências, das quais 69% resultaram em acordos.

JUSTIÇA

Carolina e Estreito terão novos fóruns a partir de hoje

As comarcas de Estreito e Carolina passam a funcionar em novos fóruns hoje sexta-feira, 26. Os dois prédios tem construção padrão e foram edificados pelo Tribunal de Justiça em convênio com o Consórcio Estreito de Energia (CESTE). Também amanhã será entregue a reforma do Fórum Ministro Henrique de La Rocque Almeida, em Imperatriz.

A Comarca de Carolina, a 822 quilômetros de São Luis, possui apenas uma vara e foi instalada em 1977. O novo prédio funcionará na Avenida Elias Barros, s/n, centro. O juiz titular é Mazurkievickz Saraiva. A entrega do novo prédio será às 11h. Atualmente tramitam cerca de 3.100 processos na comarca.

A nova estrutura do judiciário de Carolina conta com recepção, gabinete do juiz, sala do FERJ, sala para a OAB, arquivo, secretaria judicial, depósito e salas para audiência, assessoria e oficial de justiça. A área de construção do fórum é de 100 metros quadrados.

Em Estreito (758 quilômetros da capital), o novo prédio

tem área construída de 140 metros quadrados e conta com recepção, salas de audiência, gabinetes para juízes, salas para a OAB, arquivos, secretarias judiciais, salas para o FERJ e para os oficiais de justiça. A entrega do fórum será às 15h.

A comarca de Estreito foi instalada em 1984, é de entrância intermediária e possui duas varas. Atualmente tramitam 4.291 processos, sendo 1.870 na 1ª vara e 2.421 na 2ª vara. Os juízes titulares são Gilmar de Jesus Vale (1ª Vara) e Dayna Leão Tajra (2ª Vara).

O novo prédio fica situado à Avenida Tancredo Neves, s/n, no centro da cidade. A mudança, porém, ainda não vai ocorrer de imediato, devido às audiências da semana da conciliação, agendadas para o endereço atual.

Imperatriz - Nesta sexta-feira, às 8 horas, será inaugurada a reforma do Fórum de Imperatriz. Os serviços realizado no fórum duraram cerca de um ano e incluíram a troca de todo o piso e a ampliação de setores. O fórum recebeu melhorias na instalação elétrica, na fachada e no estacionamento.

Para melhorar a qualidade da prestação jurisdicional, o prédio foi dotado de novo mobiliário e as varas receberam micros e aparelhos de ar-condicionado novos. Mesmo durante as obras, os serviços ao público nunca paralisaram. O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto é o diretor do fórum.

Imperatriz possui 4 Varas Cíveis, 3 Varas da Família, 5 Varas Criminais, uma Vara da Infância, uma Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, uma Central de Penas Alternativas, uma Vara da Fazenda Pública, um Juizado Especial Criminal e dois Juizados Especiais Cíveis. Tramitam no fórum cerca de 32 mil processos.

IGARAPÉ GRANDE E SANTANA DO MARANHÃO

Justiça recebe denúncias contra prefeitos

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, na última quinta-feira, 25, denúncias contra os prefeitos de Igarapé Grande, Geames Macedo Ribeiro; e de Santana do Maranhão, João Sebastião Silva de Almeida. Geames foi denunciado pelo Ministério Público (MP) por porte ilegal de arma, e Almeida é acusado de improbidade administrativa, por ter prestado contas de um convênio fora do prazo.

A denúncia contra o prefeito de Santana do Maranhão noticia que ele firmou convênio com a Secretaria de Estado da Cultura para o repasse de verbas ao município, no valor de R\$ 50 mil, a fim de que se viabilizasse a realização dos festejos juninos sob o tema "São João da Maranhensidade". Narra que, dentre as obrigações contratuais, o gestor público teria que prestar contas da aplicação dos recursos até 1º de setembro de 2008, e que ele não o fez.

A defesa do prefeito alegou que a prestação de contas fora feita, embora com atraso. Jun-

tuou aos autos declaração da Secretaria estadual, datada de 18 de fevereiro de 2009, atestando que a prefeitura encontrava-se regular com o órgão. Argumentou ainda que a denúncia foi ajuizada após a prestação de contas.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) ressalta que o dispositivo pelo qual o prefeito foi denunciado, o inciso VII do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 201/67, relata como um dos crimes de responsabilidade dos prefeitos "deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos (...)". Segundo o parecer, tal dispositivo não descreve como crime apenas o ato de deixar de prestar contas, mas o de não prestá-las no devido tempo.

A relatora, desembargadora Maria dos Remédios Buna, acompanhou o entendimento da PGJ e votou pelo recebimento da denúncia. Os desembargadores Bernardo Rodrigues e Raimundo Nonato de Souza deram unanimidade à votação. A pena, em caso de condenação, é de detenção de 3 meses a 3 anos.

CONCILIAÇÃO

Agendada cerca de 14 mil audiências para Semana

Um total de 13.797 audiências estão agendadas pela Justiça maranhense para a Semana da Conciliação, que começa na segunda-feira, 29, e se estenderá a 3 de dezembro. Dessas, 2.738 ocorrerão nas varas e juizados de São Luís. O número de audiências deve superar a 15 mil nesta hoje, sexta-feira, 25.

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, faz a abertura oficial do evento no estado, na segunda-feira, 29, às 8h, no 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Corado), ao lado da coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza. Naquele juizado estão previstas 236 audiências - o maior índice na capital.

No estado, 77 comarcas estão integradas à Semana da Conciliação, que conta com o trabalho de servidores de diversos setores da Corree-

doria. São 28 os Juizados Especiais que participam da ação.

A 1ª vara de Barra do Corda assume a liderança das audiências no estado; tem 644 marcadas para o período, e é seguida pela 2ª vara de Pedreiras, com 504 audiências.

Procon - Reclamações junto ao Procon estão na pauta da Semana. As chamadas audiências de pré-conciliação agendadas pelo órgão chegam a 119. Dois juízes da CGJ estarão homologando os acordos feitos: Gisa Fernanda Nery Mendonça de Sousa e David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, respectivamente juízes substitutos da 4ª e 28ª zonas judiciárias.

A indicação dos magistrados consta de portaria editada por Guerreiro Júnior. Ainda por indicação do corregedor, o juiz Alexandre Morei-

SEMANA DA CONCILIAÇÃO

Barra do Corda terá mais de 600 audiências

O juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros, titular da 1ª Vara e do Juizado Especial Cível de Barra do Corda, programou mais de 600 audiências para a Semana Nacional da Conciliação, que começa na próxima, segunda-feira, 29. As audiências envolvem ações de cobrança, indenização, previdenciária e outras.

"Este é um esforço para desafogar a justiça comum e reeducar o cidadão para a prática do acordo no cotidiano", diz o juiz.

Haverá programação especial na comarca durante o período, com atividades artísticas e culturais e a exposição de quadros e arte-

sanato de artistas locais.

O SAMU irá ministrar palestras com demonstração sobre primeiros socorros e desobstrução de vias aéreas em crianças e bebês.

Haverá exame de glicemia capilar, aferição de pressão arterial e vacinação de pessoas de todas as faixas etárias.

No campo da assistência social serão esclarecidas dúvidas acerca de programas sociais, como Bolsa Família, PET, Programa do Idoso, BPC (Benefício de prestação continuada - ao idoso e deficiente) e distribuídos lanches e comidas típicas para advogados, partes e servidores da comarca.

TJMA conclui reforma do fórum de Imperatriz

Em reunião com juízes da comarca de Imperatriz, ontem, o desembargador Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, fez a entrega simbólica dos serviços de reforma das instalações do Fórum "Ministro Henrique de La Rocque", após dez meses de obras.

Os investimentos do TJMA na melhoria do fórum foram da ordem de R\$ 1 milhão, recursos oriundos do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (FERJ), que se destina a melhorar a infra-estrutura da Justiça estadual.

Dentre os serviços realizados pela diretoria de engenharia do TJMA, foram feitas a substituição do piso e do forro das dependências do fórum; a reforma dos 13 sanitários privativos das varas e dos utilizados pelo público, com substituição das louças e metais; a revisão das instalações hidráulicas e elétri-

cas, com a troca de tubulação e fiação, respectivamente; instalação de pontos de ar-condicionado e a renovação dos 120 assentos do salão do júri.

As melhorias incluíram, ainda, a construção de sanitário exclusivo e a aquisição de elevador para uso por pessoas com deficiência física e a construção de duas celas de espera, com sanitários anexos, para presos de ambos os sexos que antes aguardavam as audiências criminais nos corredores.

Para o juiz Adolfo Peres da Fonseca Neto, diretor do fórum, as intervenções foram excelentes e corresponderam às solicitações dos juízes, feitas à administração do TJ, e proporcionaram melhores condições de trabalho para os magistrados e servidores que trabalham no local e mais comodidade aos visitantes.

Roubado o gravador de audiências em Fórum

TURIAÇU - O Fórum de Turiaçu (a 212 km de São Luís) foi invadido na madrugada de segunda-feira (22). Os bandidos usaram um tijolo para quebrar a porta de vidro e entrar no prédio, de onde levaram um aparelho MP7, que seria utilizado na gravação de audiências naquela comarca. Não havia servidores no local nesse momento. O Fórum Desembargadora Josefa Ribeiro da Costa não dispõe de segurança.

“A ação foi detectada na manhã de segunda-feira, com registro da ocorrência na delegacia do município”, informou o juiz Luiz Carlos Licar Pereira ao corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, que tomou conhecimento da invasão por e-mail, na quarta-feira (24).

Polícia - Em seguida, o corregedor telefonou ao secretário de Segurança do Estado, Aluisio Mendes, a quem comunicou o fato e pediu reforço policial para o fórum.

Guerreiro Júnior lamentou o episódio e disse que os problemas com o arrombamento de fóruns da Justiça – e a segurança de servidores, juízes e do patrimônio judicial – só serão solucionados quando estiver em prática convênio que permite que policiais recém-reformados façam a segurança dos prédios.

INFORME

Audiência pública confirma a integridade do juiz Thales Andrade

Moradores de Dom Pedro e municípios vizinhos, entre autoridades políticas e religiosas, membros do Judiciário, gestores, professores, alunos e membros da sociedade civil, hipotecaram total apoio ao juiz titular da Comarca de Dom Pedro, Thales Ribeiro de Andrade, durante audiência pública realizada no Centro de Ensino Governador Luis Rocha, nesta sexta-feira (19). O discurso espontâneo de inúmeras pessoas confirmou a honestidade e a integridade do juiz Thales, que tem sofrido diversas críticas infundadas, na tentativa de macular sua conduta no trabalho realizado na Comarca.

A audiência, que contou também com a presença do presidente em exercício da AMMA, José Brígido Lages, teve início com a execução do hino nacional. Em seguida, ocorreu a leitura de ofícios encaminhados ao juiz Thales. No primeiro deles, a diretora da Unidade Escolar Tia Benta, de Gonçalves Dias, Benta Gomes Vila Nova, agradeceu ao juiz pelas doações feitas à escola, com as quais foi possível a aquisição de computador para auxiliar nas pesquisas dos alunos. Também a professora Lucrecia, representando a Escolinha Tia Lucrecia, agradeceu às doações feitas também à sua unidade escolar.

“Acredito em suas decisões que são imparciais e favoráveis ao município”, disse o prefeito de Gonçalves Dias, Vadilson Fernandes Dias, ressaltando ainda a imparcialidade do juiz Thales no julgamento de processos, inclusive instaurados contra ele. Já a prefeita de Dom Pedro, Maria Arlene Barros Costa, destacou a importância da audiência. “Os poderes têm que trabalhar com harmonia pela defesa dos direitos da população. Desejo que, ao final desta audiência, a verdade prevaleça”, frizou.

Em seguida, a palavra foi concedida ao público presente. Fazendo uso da palavra, a diretora do Centro de Ensino Governador Luis Rocha, Raimunda Eugênia, destacou o trabalho realizado pelo juiz Thales. “O juiz Thales sempre foi íntegro e digno, sempre respeitou a todos. Nossa escola é um ambiente da comunidade, e ele sempre se dispôs a nos ajudar”, frizou.

Representando os alunos da Associação Educacional Professora Noronha também presentes à audiência, o coordenador geral da instituição, Davi da Silva de Moraes, ressaltou que a posição da instituição é favorável à justiça de Dom Pedro. “É muito fácil acusar alguém e não conseguir provar. Aprendemos com a palestra do juiz Thales que os processos são morosos para não incorremos no risco de condenar alguém injustamente”, disse.

“Nós queremos do Judiciário e do Ministério Público mais abertura, mais conversa, para que juntos consigamos promover a justiça para a nossa sociedade e resolver os conflitos mais harmonicamente”, disse o presidente do Sindicato dos Professores de Gonçalves Dias, Jacion (Machadinho). Ele também pediu que fossem realizadas mais audiências públicas como essa, também em Gonçalves Dias, tendo o pronto consentimento do juiz Thales, que assumiu o compromisso de promover uma audiência no município.

“Precisamos de liberdade de expressão e de ir e vir. Dentro dos nossos limites, temos que ter o zelo e a responsabilidade de nos posicionar. Tenho uma advertência a fazer à cidade de Dom Pedro: quando resolvemos reivindicar, temos que ter a consciência do que queremos, de como queremos e até onde iremos. Parabéns ao juiz Thales pela iniciativa de promover esta audiência”, pontuou a representante da APAE de Dom Pedro, Maria Helena Guimarães.

O aluno Daniel, da Escola Ana Isabel Tavares, questionou sobre a realização de um curso profissionalizante aos alunos da escola mencionado pelo juiz Thales em uma palestra. O magistrado informou que está agendada uma audiência em dezembro com a empresa Queiroz Galvão e professores da escola para a discussão do tema.

Já o representante da Câmara dos Vereadores de Gonçalves Dias, Francisco Leitão, solicitou ao juiz a criação de uma Comarca no município e o deslocamento de mais juizes, argumentando sobre a dificuldade de deslocamento da população à Comarca de Dom Pedro. Representando os advogados do município, Adailton Alencar disse repudiar veemente o uso de meios para macular a imagem de qualquer pessoa física ou jurídica sem que haja oportunidade de defesa. "Defendemos a ampla defesa e o contraditório", declarou.

Ao fazer uso da palavra, José Brígido Lages destacou que é um privilégio para a AMMA participar da audiência, que representa a expressão máxima da democracia pela sociedade. "Esta é a oportunidade que temos para prestar contas e mostrar à sociedade o que fazemos, como fazemos, porque fazemos, para que a sociedade possa compreender a verdadeira missão e as atribuições do Poder Judiciário".

Brígido também parabenizou o juiz Thales pela iniciativa de promover a audiência. "O Poder Judiciário é uma das âncoras da sociedade. Sem justiça não há liberdade nem democracia." Brígido falou ainda dos direitos e prerrogativas do juiz como direito do cidadão, que garantem ao magistrado dizer o direito e julgar com autonomia e liberdade, sem medo de ser destituído de seu cargo. Brígido finalizou hipotecando solidariedade ao juiz Thales.

PRESTAÇÃO DE CONTAS (DESABAFO DO JUIZ)

Enfim, num discurso de desabafo, o juiz Thales Ribeiro de Andrade declarou-se emocionado com as palavras de apoio que recebeu dos alunos, professores e autoridades, diante de calúnias de pessoas que não têm agido de boa-fé. Ele destacou o trabalho realizado pela Comarca, que foi uma das três, no interior do estado, a cumprir a meta de julgar todos os processos até 2005.

Disse ainda que, de acordo com informações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a Comarca de Dom Pedro é uma das que apura votos mais rapidamente, e que até 2010 um total de 733 processos foram julgados, número superior aos 484 processos distribuídos, com base nos Relatórios Mensais. Informou também que a Comarca foi considerada a mais organizada do interior do estado em termos de estrutura e produtividade, conforme relatório da Corregedoria Geral de Justiça, correspondente a julho deste ano.

"Se estou sendo atacado através da mídia por pessoas criminosas, que vivem da mentira por não ter apoio, isto é um elogio porque estou colocando o dedo na ferida", afirmou, mencionando que se tratam de pessoas sem escrúpulos, envolvidas com assalto a banco, ladrões de cargas, políticos, que pagam matérias na mídia e apelam para a baixaria por não conseguirem derrubar decisões judiciais.

"Não me deixo intimidar por essa conduta. Os homens de bem estão satisfeitos e tenho a consciência do dever cumprido", declarou. Finalizando, agradeceu profundamente às palavras de apoio.

Participaram também da audiência o promotor de justiça, José Ailton Cardoso, o delegado de Dom Pedro, Otávio Chaves Filho, o tenente comandante da 11ª Companhia de Polícia de Presidente Dutra, Sid Antônio Fernandes, o presidente da Câmara de Vereadores de Gonçalves Dias, Jair Costa Peixoto, além de vereadores. No término da audiência, o juiz Thales recebeu os cumprimentos de pessoas do público.

A juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sônia Amaral, foi convidada para proferir palestra no "XII Congresso Internacional de Derechos Humanos de La Universidad de Salamanca".



Divulgação

Parte do Censo é divulgada pelo IBGE em reunião

Pesquisa aponta o município de Imperatriz com 245.481 habitantes, sendo 127.292 do sexo feminino e 118.289 do masculino

IMPERATRIZ - Imperatriz continua sendo o segundo maior município do Maranhão em população, com 245.581 habitantes, um pouco mais de 14 mil pessoas acima do que no Censo Demográfico do ano 2000 apontou. Naquela época, Imperatriz tinha 230.566 habitantes, incluindo as zonas urbana e rural.

As mulheres continuam sendo a maioria da população, 127.292 pessoas (51,83%); enquanto os homens somam 118.289 (48,17%).

Esses dados foram divulgados ontem pelo coordenador da subárea de Imperatriz do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Wellington Georges da Silva, durante reunião da Comissão Censitária Municipal realizada no auditório do Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), da qual participaram representantes da Câmara Municipal, Prefeitura, Poder Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sindicatos e demais segmentos da sociedade.

Wellington Georges não tinha autorização para conceder entrevista, por isso se reservou apenas a divulgar e comentar alguns pontos do relatório Indicadores Gerenciais Municipais referentes a Imperatriz.

Dificuldades - O coordenador lembrou que, durante a pesquisa, a maior dificuldade encontrada pelos recenseadores foram as residências fechadas. Essa situação aconteceu em condomínios de classe média e alta.

Apesar disso, Wellington Georges disse que não houve comprometimento da pesquisa, principalmente por ter sido um índice baixo. Os dados referentes aos moradores desses imóveis foram contados por uma média.

Mais

O Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos pelo IBGE com o objetivo de levantar as informações sobre a população a fim de descobrir as demandas da população. Com essas informações, o Governo Federal, estados e municípios poderão criar políticas públicas em todos os setores e calcular o repasse de verbas públicas para as prefeituras para os próximos 10 anos.

Segundo os dados do Censo, a média de pessoas por residência foi de 3,61 abaixo do que foi verificado no realizado em 2000, quando o índice era de 4,2.

Durante a pesquisa, foram aplicados pelo IBGE 221.263 (90,1%) de questionários básico e 24.318 (9,9%) de questionários não-básico. Há casos em que o recenseador já havia feito o estudo e a coordenação resolveu aplicar um questionário para checar como foi a qualidade do trabalho do recenseador.

Tempo - A pesquisa foi realizada no período de 1º de agosto e encerrada no dia 30 de outubro. Os recenseadores pesquisaram vários temas, como vivem e o que desejam os brasileiros. Temas como saúde, educação, infra-estrutura lideraram a lista dos questionários aplicados pelos recenseadores.

Como estratégia para coletar as informações, o IBGE dividiu o município em 240 áreas e quatro postos de coletas montados em locais estratégicos para a retransmissão dos dados à superintendência estadual.



José Augusto Oliveira, José Gomes Pereira e José Bello Salgado: na lista tríplice para reitor da Uema

Eleição na Uema define lista tríplice para reitor

Até o fechamento desta edição, faltando poucas urnas a serem apuradas, José Augusto Oliveira liderava a disputa, seguido por José Gomes Pereira e José Bello Salgado. **Geral 5**

Pleito decide lista tríplice da Uema, mas confirmação de nomes está *sub judice*

O atual reitor, José Augusto Oliveira, cuja candidatura depende de decisão judicial, era o mais votado até ontem à noite, seguido por José Gomes Pereira e José Bello

O atual reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), José Augusto Oliveira, e os professores José Gomes Pereira e José Bello Salgado Neto eram os candidatos mais votados, até o início da noite de ontem, para integrar a lista tríplice - conforme resultado da eleição realizada quarta-feira - que apontará o futuro dirigente da instituição.

Pelas últimas parciais, com 44% das urnas totalizadas, José Augusto tinha 54,5% dos votos; Gomes Pereira, 38,8% e Salgado Neto 30,8%. Esse resultado das eleições, entretanto, está *sub judice* porque José Augusto teve sua candidatura cassada pela desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes, quarta-feira. O reitor recorreu e, conforme informações extra-oficiais, o recurso foi novamente distribuído pela magistrada para ser apreciado nas próximas horas.

O presidente da comissão eleitoral da Universidade Estadual do Maranhão, Nordman Wall, disse que, pelo fato de ter sido notificado da decisão contra Oliveira tardiamente, não houve tempo hábil para tirar o nome do reitor da votação.

Pelo regimento interno da universidade, a comissão eleitoral

tem 36 horas após as eleições para proclamar o resultado final. A expectativa é que esse resultado seja divulgado ainda hoje. Depois disso, são mais 72 horas de prazo para a homologação do resultado junto ao Conselho Universitário (Consun) da Uema. Depois de homologada a lista tríplice da eleição, será encaminhada à governadora Roseana Sarney (PMDB), que escolherá o novo reitor da instituição. Até o fechamento desta edição, faltavam urnas de cidades como Balsas. A apuração seguiu até o fim da noite.

Inelegível - Caso José Augusto Oliveira seja, de fato, considerado inelegível, seus votos serão anulados, e o quarto candidato será alçado à condição de terceiro colocado, no caso o professor Joaquim Teixeira Lopes.

A indefinição quanto à elegibilidade ou não de José Augusto começou quando os professores Henrique Mariano e Hamilton Almeida contestaram judicialmente a candidatura do atual reitor. Os professores alegaram que o reitor está em seu segundo mandato e que não poderia concorrer a uma nova reeleição, hipótese vetada no regimento interno da Uema.

Por meio de uma liminar na 1ª Vara de Fazenda Pública, a juíza

Luiza Nepomucena indeferiu a candidatura de José Augusto. Depois, a desembargadora Nelma Sarney ratificou a candidatura de Oliveira, decisão que foi derrubada, quarta-feira, pela desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

José Augusto Oliveira alega que está no término do seu primeiro mandato, já que em 2002 foi eleito como vice-reitor da instituição apesar de ter assumido em 2005 quando o então reitor, Waldir Maranhão, deixou o cargo para disputar uma vaga na Câmara Federal. O Conselho Superior da Uema (Consun) decidiu que José Augusto está no término de seu primeiro mandato e, por isso, teria condições de disputar as eleições desse ano sem qualquer problema.



Bilman Prado

O reitor José Augusto Oliveira, o mais votado para compor a lista

Bine Moraes



José Gomes Pereira estava em segundo, com 44% das urnas apuradas

Bine Moraes



José Bello Salgado era terceiro colocado, conforme resultado parcial

“

A decisão da Justiça não nos impedia de apurar os votos. Então, por isso, estamos apurando e vamos encaminhar o resultado para o Poder Judiciário. A decisão não é dessa comissão e passa a ser da Justiça”

Nordman Wall, presidente da comissão eleitoral da Uema

Candidatos decidem recorrer contra resultado

Os candidatos Henrique Mariano e Hamilton Almeida afirmaram ontem que vão recorrer à Justiça contra o resultado das eleições para reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Eles alegam que o pleito foi bastante tumultuado, com fortes indícios de fraude no processo eleitoral. Ambos docentes, eles não ficaram incluídos na lista triplíce que será encaminhada à governadora Roseana Sarney para a escolha do novo reitor da Uema.

De acordo com o professor Henrique Mariano, pela lista oficial de votantes pode ser observado que em determinados locais de votação houve negligência e até conivência da Comissão Organizadora do pleito. "Só para ter uma idéia, no Centro de Estudos de Ciências Exatas e Naturais [Cecen] foram computados três votos de alunos como sendo de professores. Foi pedida a impugnação da urna, mas não sendo aceita pela própria Comissão, que é ligada ao atual reitor José Augusto Oliveira", disse.

Henrique Mariano apontou também que na Associação dos Servidores da Uema apareceram votos de professores que deveriam ser de servidores. "Além disso, também foram registrados votos de servidores comissionados que não poderiam votar", pontuou. Ele alertou que a quantidade de votos dos professores foi bem acima do normal, superando a casa de 390 docentes irregulares. "Com isso, o reitor José Augusto conseguiu chegar ao patamar de 50%", criticou.

O professor Hamilton Almeida disse que ficou evidente que houve um vergonhoso uso da máquina em favor do reitor José Augusto. "Fizemos petições que não foram atendidas pela Comissão Eleitoral. Registramos crimes de transporte de eleitores em microônibus alternativos, distribuição de alimentação e até uso de carro oficial da universidade. Queremos sensibilizar a sociedade para a questão da falta de moralidade no pleito", protestou Almeida.

Corregedoria agenda cerca de 14 mil audiências para Semana da Conciliação

No período de 29 deste mês a 3 de dezembro, milhares de audiências serão realizadas pela Justiça no estado; 2.738 estão previstas para ocorrer em São Luís

Um total de 13.797 audiências está agendado pela Justiça maranhense para a Semana da Conciliação, que começa na segunda-feira, 29, e se estenderá até 3 de dezembro. Dessas, 2.738 ocorrerão nas varas e juizados de São Luís. O número de audiências deve superar 15 mil hoje.

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, fará a abertura oficial do evento no estado, segunda-feira (29), às 8h, no 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (Coroadó), ao lado da coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza. Naquele juizado, estão previstas 236 audiências – o maior índice na capital.

No estado, 77 comarcas estão integradas à Semana da Conciliação, que conta com o trabalho de servidores de diversos setores da Corregedoria. São 28 os Juizados Especiais que participam da ação.

A 1ª Vara de Barra do Corda assume a liderança das audiências no estado. Tem 644 marcadas para o período e é seguida pela 2ª vara de Pedreiras, com 504 audiências.

Procon - Reclamações junto ao Procon estão na pauta da Semana. As chamadas audiências de pré-conciliação agendadas pelo órgão chegam a 119. Dois magistrados da CGJ estarão homologando os acordos feitos: Gisa Fernanda Nery Mendonça de Sou-

sa e David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, respectivamente juízes substitutos da 4ª e 28ª zonas judiciárias.

A indicação dos magistrados consta de portaria editada por Guerreiro Júnior. Ainda por indicação do corregedor, o juiz Alexandre Moreira Lima, substituto da 9ª Zona Judiciária, funcionará na homologação dos acordos selados por meio da campanha "Nome Limpo, Crédito na Praça", realizada em parceria com as lojas Gabryella e Cemar.

Para o evento, a Gabryella convoca consumidores que possuem débitos adquiridos até o ano de 2008 para negociar dívidas. Os interessados devem entrar em contato com a empresa.

Para resolver - De acordo com a coordenadora dos Juizados Especiais, o que a Corregedoria espera é que haja realmente conciliação e que as empresas estejam dispostas a se conciliar com as partes. "Essa é a melhor forma de resolver: a conciliação", ressalta Francisca Galiza

Nas unidades judiciais, as audiências acontecem pela manhã e à tarde. Em Pinheiro, a novidade são as audiências noturnas, que visam agilizar mais as conciliações na comarca.

Conciliadores - A coordenadora destaca o trabalho feito junto a empresas com demandas na Justiça. Os representantes delas foram orientados a an-

tecipar para a Semana da Conciliação os processos com audiências marcadas de março a julho de 2011.

As faculdades da capital foram convidadas com a ação. Devem participar com alunos do curso de Direito a partir do 7º período.

Números

13.797

audiências estão agendadas pela Justiça maranhense para o evento deste ano

2.738

ocorrerão nas varas e juizados de São Luís

8.432

audiências foram registradas na Semana da Conciliação de 2009

69%

das audiências resultaram em acordos no ano passado



O corregedor Guerreiro Júnior fará a abertura oficial do evento

Gil Cutrim elogia realização do III Encontro de Gestores Públicos

O vice-prefeito do município de São José de Ribamar, Gil Cutrim (PSL), elogiou a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que está promovendo, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, o III Encontro de Gestores Públicos, evento que tem como tema a "Otimização dos Gastos em Tempo de Escassez de Recursos".

O Encontro foi aberto nesta quinta-feira (25) e contou com as presenças da governadora Roseana Sarney (PMDB); do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon; dos conselheiros Raimundo Oliveira Filho e Edmar Cutrim, presidente e vice-presidente do TCE, respectivamente; além de centenas de prefeitos e vereadores de todo o Maranhão.

"A iniciativa do TCE é extremamente louvável, visto que, está proporcionando a troca de experiências entre ges-

tores e incentivando a boa prática da aplicação dos recursos públicos", afirmou Gil Cutrim, que representou o prefeito Luis Fernando Silva (DEM) na solenidade de abertura do evento.

Ao elogiar a iniciativa do Tribunal em promover o Encontro, o vice-prefeito lembrou que em São José de Ribamar, desde 2005, são desenvolvidas, por parte da administração Luis Fernando, ações importantes de fiscalização e controle do dinheiro público.

"Só para se ter uma ideia, a Prefeitura criou na sua estrutura administrativa uma Controladoria que fiscaliza a aplicação de recursos por parte de todas as Secretarias Municipais", explicou Cutrim.

É importante destacar também que, em cumprimento o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, Gil Cutrim, somente este ano, já compareceu duas vezes à Câmara Municipal de Ribamar,

onde detalhou ao povo ribamarense, durante audiência pública, como e onde o dinheiro público está sendo empregado.

A governadora Roseana Sarney também elogiou a iniciativa do TCE de promover o evento que, segundo ela, vem ao encontro dos novos anseios da sociedade maranhense.

"Nos próximos quatro anos, o Maranhão receberá cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos. E os gestores públicos, desde já, devem estar preparados para este novo momento".

Nesta quinta-feira, primeiro dia do III Encontro de Gestores Públicos, foram realizadas palestras e mesas redondas. O evento será encerrado no final da tarde desta sexta-feira (26).



Gil Cutrim com conselheiros do TCE, palestrantes e outros gestores

■ Denúncias

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, ontem, denúncias contra os prefeitos de Igarapé Grande, Geames Macedo Ribeiro; e de Santana do Maranhão, João Sebastião Silva de Almeida. Geames foi denunciado pelo Ministério Público (MPE) por porte ilegal de arma. O prefeito de Santana do Maranhão é acusado de improbidade administrativa, por ter prestado contas de um convênio fora do prazo.

■ Sem prestar contas

A denúncia contra o prefeito de Santana do Maranhão noticia que ele firmou convênio com a Secretaria de Estado da Cultura para o repasse de verbas ao município, no valor de R\$ 50 mil, a fim de que se viabilizasse a realização dos festejos juninos sob o tema "São João da Maranhensidade". Narra que, dentre as obrigações contratuais, o gestor público teria que prestar contas da aplicação dos recursos até 1º de setembro de 2008, e que ele não o fez.

■ **Medicação**

Portador de diabete mellitus recorreu à Secretaria de Estado de Saúde para receber medicação, conforme prescrição médica. Mas a sua solicitação não foi atendida, e ele apelou ao judiciário, por não ter condição financeira de arcar com o pagamento das insulinas e dos materiais necessários para sua aplicação. O juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Nonato Neris Ferreira, determinou que o Estado fornecesse os medicamentos.

IMPERATRIZ

PM prende homem acusado de estupro na periferia

Policiais militares prenderam, na noite de ontem, o desempregado Jhames de Olinda Silva, 24 anos, morador da Rua 15, casa 6, Vila Macedo, periferia de Imperatriz. Os militares prenderam Jhames em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela Justiça, através da juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, da Comarca de Imperatriz. Ele é acusado de um estupro na Vila Macedo.

Jhames foi conduzido ao Plantão Central da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz, já que presos somente são recebidos na Central de Custódia de

Presos de Justiça (CCPJ) até as 18 horas. Entretanto, durante a madrugada de ontem, os policiais de plantão chegaram a tempo de evitar uma fuga em massa de presos que se encontram em celas da Delegacia Regional.

Jhames Silva já tinha quebrado os cadeados da porta da ante-sala onde foi colocado e se preparava para abrir as celas quando foi surpreendido pelos agentes. Ontem pela manhã, foi feita uma revista nas celas e Jhames de Olinda Silva foi imediatamente transferido para a CCPJ, por medidas de segurança, onde ficará aguardando pro-

nunciamento da Justiça.

A Polícia está investigando a possibilidade de Jhames de Olinda ter cometido assassinatos na Vila Macedo. Pessoas da Vila Macedo denunciaram que Jhames de Olinda era um verdadeiro terror naquele bairro. No mesmo mandado de prisão de Jhames de Olinda Silva, foi decretada a de Kevin Dias da Silva, 19 anos. Kevin foi preso por porte de arma e constatado que havia mandado de prisão em seu desfavor.

REITOR GANHA DE CAPOTE (1)

O reitor da Universidade Estadual do Maranhão, José Augusto Oliveira, mesmo embaraçado num processo apresentado por três de seus concorrentes, deu um capote na votação realizada na comunidade universitária – professores, funcionários e estudantes. Foi mais de 64% dos votos, o que revela o reconhecimento do trabalho que tem realizado à frente da instituição. .

REITOR GANHA DE CAPOTE (2)

Na entrevista que concedeu ontem a jornalistas blogueiros de São Luís, Roseana Sarney prometeu nomear o candidato mais votado. Quanto ao processo, para quase tudo tem jeito na Justiça quando o assunto é eleição. Jeito tanto para cassar pretensões e mandatos. E Jeito para garantir direitos. O TJ vai julgar o mérito da pendenga. José Augusto lidera no voto, seguido dos professores José Pereira Gomes e José Bello Salgado.

ELEIÇÃO SUB JUDICE

Comissão Eleitoral confirmou o recebimento da decisão da desembargadora Maria da Graça Duarte que barra a candidatura à reeleição do atual reitor da universidade, José Augusto Oliveira.

PÁGINA 12

A Comissão Eleitoral da Uema passou todo o dia de ontem apurando votos. O resultado das eleições para reitor e vice-reitor da instituição estava previsto para sair a partir da meia-noite, entre ontem e hoje. Mas há um imbróglio judicial quanto à candidatura do atual dirigente, José Augusto Oliveira.



PÁGINA 12

Votos apurados, mas pendentes

Comissão eleitoral da Universidade Estadual do Maranhão terminou apuração para reitor e vice-reitor da instituição, mas Justiça terá a última palavra na definição de lista

DANIEL FERNANDES

A Comissão Eleitoral da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) confirmou o recebimento da decisão da desembargadora Maria da Graça Duarte, suspendendo a decisão da colega desembargadora Nelma Sarney e impugnando a candidatura à reeleição do atual reitor da universidade, José Augusto Oliveira. Pela decisão, ele está novamente fora do páreo, como fora decidido anteriormente pela juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luzia Nepomucena, através de medida liminar. A Comissão passou todo o dia de ontem coordenando a apuração

dos votos, e até o fim da tarde ainda recebia mais urnas para serem apuradas. O resultado das eleições estava previsto para a partir da meia-noite, entre ontem e hoje.

O presidente da Comissão Eleitoral, professor Nordman Barbosa, explicou, em entrevista a O IMPARCIAL que, mesmo com a nova impugnação da candidatura do reitor, os votos direcionados a ele foram contados normalmente como os outros, visto que a decisão da desembargadora Maria da Graça não impede a contagem dos votos. Só então com o fim da apuração é que a comissão, através de sua assessoria jurídica, en-

viará um relatório explicando a situação da eleição para a juíza Luzia Nepomuceno. Através desse relatório, o caso do atual reitor será julgado e decidido pela validação ou não da reeleição.

Questionado sobre a possibilidade de demora no julgamento do caso, Barbosa explicou que acredita firmemente que a decisão judicial sairá antes da chegada da lista tríplice, contendo os três candidatos mais votados, às mãos da governa-

NEIDISON MOREIRA/OIMP/D.A.PRESS



MAIS DE 30 MIL VOTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA UEMA SÃO CONTADOS UMA A UMA

dora Roseana Sarney (PMDB). Ela é a responsável por decidir qual dos três ocupará a cadeira da reitoria e vice-reitoria da universidade. A Comissão Eleitoral tem um prazo de 36h, a partir do fim da eleição, para divulgar os resultados e enviá-los ao Conselho Universitário da Uema. A partir disso, o conselho tem mais 72h para formular a lista tríplice para ser enviado à governadora.

"Vamos primeiro contabilizar os votos todos. Só depois disso, vamos nos reunir com a assessoria jurídica para dar uma resposta à juíza sobre a situação da reeleição. Ninguém [da Comissão] tem vontade de favorecer um ou outro candidato, por isso deixamos a decisão a cargo da Justiça". Sobre a possibilidade da anulação das eleições, o presidente da Comissão julgou remota. Segundo ele, apenas em casos de fraudes comprovadas ou de pedidos de anulação por parte das chapas, julgados pela própria comissão.

Até as 17h de ontem, 45% das urnas foram apuradas, tendo chegado algumas urnas de interiores próximos. Para os campi mais distantes, um veículo foi enviado pela Comissão até Balsas, e de lá voltará para a capital passando pelos centros universitários do Sul e Oeste do estado. Por causa de obras nas rodovias, o carro estava atrasado, e até o fim da tarde de ontem ainda não havia chegado. Para a eleição, foram disponibilizadas 48 urnas, contendo as cédulas com a identificação das sete chapas concorrentes, incluindo a do atual reitor. Essas urnas foram distribuídas nas 30 cidades maranhenses onde há atuação da Uema. Na capital foram dez urnas.

A equipe de reportagem tentou contato com o candidato José Augusto, para saber que medidas serão tomadas por ele agora, que está impugnado, mas ele não atendeu às chamadas telefônicas.

A chapa composta pelo candidato Henrique Mariano entrou com pedido de liminar na 1ª Vara da Fazenda Pública, alegando que José Augusto estaria entrando no terceiro mandato, contando com o tempo em que substituiu o reitor anterior, Waldir Maranhão. A liminar foi concedida na tarde de segunda-feira, pela juíza Luzia Nepomuceno. A juíza usou como base para a decisão o regimento interno da Uema, que determina um prazo máximo de oito anos para que determinada pessoa ocupe o cargo de reitor. Para ela, concorrer novamente excede o prazo, tornando a candidatura fora da legalidade do regimento. A chapa do reitor então recorreu da decisão junto ao Tribunal de Justiça, obtendo a suspensão da liminar pela desembargadora Nelma Sarney, que entendeu que a substituição do reitor anterior não entraria na contabilidade de tempo de mandato.

A Corregedoria Geral de
Justiça prevê a realização
de 13.797 (2.738 na capital)
audiências na Semana da
Conciliação, que começa na
próxima segunda-feira, 29, e se
estenderá até 3 de dezembro.
Dessas, 2.738 ocorrerão nas varas
e juizados de São Luís.

PÁGINA 9

CONCILIAÇÃO

Com nome limpo na praça novamente

A Corregedoria Geral de Justiça prevê a realização de 13.797 (2.738 na capital) audiências na Semana da Conciliação, que começa na próxima segunda-feira, 29, e se estenderá a 3 de dezembro. Dessas, 2.738 ocorrerão nas varas e juizados de São Luís. O objetivo é fazer com que pessoas com pendências no comércio, por atraso de pagamento de prestações ou falta de acordo pelas reclamações junto aos órgãos de defesa do consumidor regularizem sua situação.

Segundo o corregedor Antonio Guerreiro Júnior, 77 comarcas estão integradas a esta ação. No interior, a maioria das audiências será em Barra do Corda assume a liderança das audiências no estado; tem 644 marcadas.

Várias reclamações junto ao Procon estão na pauta da Semana. As chamadas audiências de pré-conciliação agendadas pelo órgão chegam a 119. Dois juízes da CGJ estarão homologando os acordos feitos: Gisa Fernanda Nery Mendonça de Sousa e David Mourão Guimarães de Moraes Menezes, respectivamente juízes substitutos da 4ª e 28ª zonas judiciárias.

Convocação

De acordo com a coordenadora dos Juizados Especiais, o que a Corregedoria espera "é que haja real-

mente conciliação e que as empresas estejam dispostas a se conciliar com as partes. Essa é a melhor forma de resolver: a conciliação", acrescenta.

Nas unidades judiciais as audiências acontecem pela manhã e tarde. Em Pinheiro, a novidade são as audiências noturnas, que visam a agilizar mais as conciliações na comarca. A coordenadora destaca o trabalho feito junto a empresas com demandas na Justiça. Os representantes delas foram orientados a antecipar para a Semana da Conciliação os processos com audiências marcadas de março a julho de 2011. "Alguns colegas juízes também indicaram conciliadores para ajudar na tarefa", explica a juíza. As faculdades da capital foram convidadas pela Coordenadoria dos Juizados a colaborar com a ação. Devem participar com alunos do curso de Direito a partir do 7º período.

■ Conciliação da Gabryella

Uma das maiores parceiras do Tribunal de Justiça, na Semana de Conciliação, as Lojas Gabryella demonstram boa vontade para restabelecer o crédito de clientes em dívidas com a empresa, pois está convocando para um entendimento perante o juiz todos os que contraíram débito e ainda não quitaram desde 2008.

Gil Cutrim elogia III Encontro de Gestores Públicos

O vice-prefeito do município de São José de Ribamar, Gil Cutrim (PSL), elogiou a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que está promovendo, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, o III Encontro de Gestores Públicos, evento que tem como tema a "Otimização dos Gastos em Tempo de Escassez de Recursos". O Encontro foi aberto nesta quinta-feira (25) e contou com as presenças da governadora Roseana Sarney (PMDB); do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon; dos conselheiros Raimundo Oliveira Filho e Edmar Cutrim, presidente e vice-presidente do TCE, respectivamente; além de centenas de prefeitos e vereadores de todo o Maranhão. **PÁGINA 4**

Gil Cutrim elogia III Encontro de Gestores Públicos

O vice-prefeito do município de São José de Ribamar, Gil Cutrim (PSL), elogiou a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que está promovendo, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, o III Encontro de Gestores Públicos, evento que tem como tema a "Otimização dos Gastos em Tempo de Escassez de Recursos".

O Encontro foi aberto nesta quinta-feira (25) e contou com as presenças da governadora Roseana Sarney (PMDB); do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon; dos conselheiros Raimundo Oliveira Filho e Edmar Cutrim, presidente e vice-presidente do TCE, respectivamente; além de centenas de prefeitos e vereadores de todo o Maranhão.

"A iniciativa do TCE é extremamente louvável, visto que, está proporcionando a troca de experiências entre

gestores e incentivando a boa prática da aplicação dos recursos públicos", afirmou Gil Cutrim, que representou o prefeito Luis Fernando Silva (DEM) na solenidade de abertura do evento.

Ao elogiar a iniciativa do Tribunal em promover o Encontro, o vice-prefeito lembrou que em São José de Ribamar, desde 2005, são desenvolvidas, por parte da administração Luis Fernando, ações importantes de fiscalização e controle do dinheiro público.

"Só para se ter uma idéia, a Prefeitura criou na sua estrutura administrativa uma Controladoria que fiscaliza a aplicação de recursos por parte de todas as Secretarias Municipais", explicou Cutrim.

É importante destacar também que, em cumprimento o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, Gil Cutrim, somente este ano, já compareceu duas vezes à

Câmara Municipal de Ribamar, onde detalhou ao povo ribamarense, durante audiência pública, como e onde o dinheiro público está sendo empregado.

A governadora Roseana Sarney também elogiou a iniciativa do TCE de promover o evento que, segundo ela, vem ao encontro dos novos anseios da sociedade maranhense.

"Nos próximos quatro anos, o Maranhão receberá cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos. E os gestores públicos, desde já, devem estar preparados para este novo momento".

Nesta quinta-feira, primeiro dia do III Encontro de Gestores Públicos, foram realizadas palestras e mesas redondas. O evento será encerrado no final da tarde desta sexta-feira (26).

Oswaldo Ceará/ASSCOM PMSJR



Gil Cutrim com conselheiros do TCE, palestrantes e outros gestores públicos maranhenses

Barra do Corda terá mais de 600 audiências na Semana da Conciliação

O juiz Gustavo Henrique Silva Medeiros, titular da 1ª Vara e do Juizado Especial Cível de Barra do Corda, programou mais de 600 audiências para a Semana Nacional da Conciliação, que começa na segunda-feira, 29. As audiências envolvem ações de cobrança, indenização, previdenciária e outras. "Este é um esforço para desafogar a justiça comum e reeducar o cidadão para a prática do acordo no cotidiano", diz o juiz.

Haverá programação especial na comarca durante o período, com atividades artísticas e culturais e a exposição de quadros e artesanato de artistas locais.

O Samu irá ministrar palestras com demonstração sobre primeiros socorros e desobstrução de vias aéreas em crianças e bebês. Haverá exame de glicemia capilar, aferição de pressão arterial e vacinação de pessoas de todas as faixas etárias.

No campo da assistência social serão esclarecidas dúvidas acerca de programas sociais, como Bolsa Família, PET, Programa do Idoso, BPC (Benefício de prestação continuada – ao idoso e deficiente) e distribuídos lanches e comidas típicas para advogados, partes e servidores da comarca.

TJ recebe denúncias contra prefeitos de Igarapé e Santana do Maranhão

DIVULGAÇÃO

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu ontem denúncias contra os prefeitos de Igarapé Grande, Geames Macedo Ribeiro; e de Santana do Maranhão, João Sebastião Silva de Almeida. Geames foi denunciado pelo Ministério Público (MPE) por porte ilegal de arma, e Almeida é acusado de improbidade administrativa, por ter prestado contas de um convênio fora do prazo.

A denúncia contra o prefeito de Santana do Maranhão noticia que ele firmou convênio com a Secretaria de Estado da Cultura para o repasse de verbas ao município, no valor de R\$ 50 mil, a fim de que se viabilizasse a realização dos festejos juninos sob o tema "São João da Maranhensidade". Narra que, dentre as obrigações contratuais, o gestor público teria que prestar contas da aplicação dos recursos até 1º de setembro de 2008, e que ele não o fez.

A defesa do prefeito alegou que a prestação de contas fora feita, embora com atraso. Juntou aos autos declaração da Secretaria estadual, datada de 18 de fevereiro de 2009, atestan-



Desembargadora Maria dos Remédios Buna

do que a prefeitura encontrava-se regular com o órgão. Argumentou ainda que a denúncia foi ajuizada após a prestação de contas.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) ressalta que o dispositivo pelo qual o prefeito foi denunciado, o inciso VII do artigo 1º do Decreto-Lei

n.º 201/67, relata como um dos crimes de responsabilidade dos prefeitos “deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos (...)”. Segundo o parecer, tal dispositivo não descreve como crime apenas o ato de deixar de prestar contas, mas o de não prestá-las no devido tempo.

A relatora, desembargadora Maria dos Remédios Buna, acompanhou o entendimento da PGJ e votou pelo recebimento da denúncia. Os desembargadores Bernardo Rodrigues e Raimundo Nonato de Souza deram unanimidade à votação. A pena, em caso de condenação, é de detenção de 3 meses a 3 anos.

Porte ilegal – A outra denúncia recebida, também por unanimidade, foi nos termos do voto do relator, desembargador Bernardo Rodrigues, para quem há indícios da ocorrência do crime no fato de um revólver calibre 38 ter sido apreendido com o prefeito de Igarapé Grande, que não tinha porte legal da arma.

Geames Ribeiro foi preso em flagrante em 19 de maio deste

ano, na Rodovia MA-122. Segundo os autos, os policiais relataram que, ao transitarem pela rodovia, verificaram que o denunciado se encontrava na garupa de uma motocicleta, portando ilegalmente a arma na cintura. O revólver, com seis munições, foi apreendido e submetido a exame de eficiência, cujo resultado indicou que estava perfeito para uso. O prefeito conseguiu liberdade provisória.

A defesa do prefeito alegou inépcia da denúncia por não haver especificação do local do suposto delito, e disse que, momentos antes da prisão, ele havia acabado de tomar a arma de um amigo que estava na iminência de envolver-se numa tragédia.


O entendimento da PGJ foi de que o suposto crime ocorreu de fato no Maranhão, que há indício real para recebimento da denúncia e por considerar inverossímil a versão de que o prefeito retirou a arma de um amigo. Os desembargadores acompanharam o parecer. A pena, caso o prefeito seja condenado no julgamento da ação penal, é de reclusão de 2 a 4 anos, e multa.

EM DESTAQUE



● A juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sônia Amaral, foi convidada para proferir mais uma palestra no exterior.

● Desta vez, no dia 2 de dezembro, na cidade de Salamanca, na Espanha, durante o "XII Congreso Internacional de Derechos Humanos de La Universidad de Salamanca", que acontece entre os dias 1º e 3 de dezembro que tem como tema central "Esclavitud Y Derechos Humanos en el Siglo XXI".


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIARIO
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS
Avenida Carlos Cunha, s/n, Calhau
Fone: 2106 9673 / 2106 9668

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20
(VINTE) DIAS

PROCESSO Nº: 14952-26.2003.8.10.0001
DENOMINAÇÃO: Execução Forçada
PARTE(S) REQUERENTE (S): DIMENSÃO ENGENHARIA E
CONSTRUÇÃO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA (S): JUCIVALDO MATOS LINDOSO

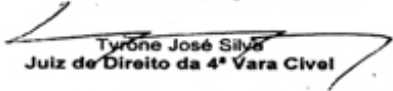
O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª
Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.


FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele
conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida,
JUCIVALDO MATOS LINDOSO, e eventuais interessados, que se
encontra em lugares incertos e não sabidos, para pagar no prazo de 3
(três) dias, contados da citação, o valor de R\$ 4.539,00 (quatro mil,
quinhentos e trinta e nove reais) ou nomear bens a penhora, sob
pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir
a execução.

ADVERTÊNCIA: No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três)
dias, a verba honorária será reduzida pela metade, por força do
parágrafo único do artigo 652 - A do CPC. O prazo inicia-se após o
transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª
publicação.

São Luís, 26 de agosto de 2010

10850 
Tyrone José Silva
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível


**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL**

HUGO LEONARDO CARVALHO DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO JUDICIAL DA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este meio fica(m) **CITADO (S) RAIMUNDO BEZERRA PINTO**, que se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 03 dias efetuar o pagamento do valor de R\$ 1.446,98 (um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), ou nomear bens à penhora de valor equivalente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal, ficando de logo, a referida devedora ciente do prazo de 10 (dez) dias, para o oferecimento de embargos, contados da intimação da penhora., incluindo-se o valor referente aos honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento), ressalvando-se o disposto no parágrafo único do art. 652-a do Código de Processo Civil, tendo em vista o que consta dos autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA, PROCESSO nº. 0014794-68.2003.8.10.0001** proposta por **DIMENSÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**. Advertindo-o ainda, que seus prazos ocorrerão da primeira publicação, assim que decorrerem os trinta dias fixados neste Edital, ficando assim perfeita e válida a **CITAÇÃO**. Cientificando-o que, caso não seja apresentado defesa no prazo legal, serão tidos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Dado e passado em Secretaria, no Fórum Desembargador Sarmey Costa, situado à Avenida Prof. Carlos Cunha, s/nº - Calhau, nesta cidade de São Luis, Capital do Estado do Maranhão, aos 28 (vinte e oito) dia do mês de setembro do ano de 2010 (dois mil e dez).

10850

HUGO LEONARDO CARVALHO DE OLIVEIRA
Secretário Judicial

ELEIÇÃO NA UEMA

*“Processo foi tumultuado
e corrompido”,
denunciam candidatos*

PÁGINA 3-INFORME JP

ELEIÇÃO PARA REITOR DA UEMA

“Processo foi tumultuado e corrompido”, denunciam candidatos

“Muito tumultuado” para não dizer “viciado e corrompido”. Foi como classificaram o processo eleitoral da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) para escolha de um novo reitor os candidatos Henrique Mariano Costa do Amaral e Hamilton Jesus Santos Almeida, ao fazerem uma análise da situação e denunciar que a lista de eleitores foi fraudada na última hora.

Por conta disso, anunciaram a intenção de recorrer à Justiça para anular o pleito. “Uma universidade não pode servir de laboratório para o malfeito. Deve ser um bom exemplo para a sociedade, a começar dando aulas de cidadania a seus alunos”, pontuou o prof. Henrique Mariano, denunciando um fato grave:

– A lista de votantes depositada na 5ª. Vara da Fazenda Pública era uma e a encaminhada pela Comissão Eleitoral para os locais de votação foi outra, ‘engordada’ com quase 400 nomes de professores contratados. Só um exemplo: em Açailândia, pela lista de votantes do nosso conhecimento, votaria apenas um professor. Apareceram 18 votos. Isso é um escândalo – bradou.

As declarações dos dois candidatos se deu ontem (25), ao final da tarde, antes mesmo de terminada a apuração dos votos, que dava a maioria ao atual reitor José Augusto Oliveira, cuja candidatura fora cassada pela Justiça e, estranhamente, tinha os votos computados e divulgados junto com os outros seis candidatos.

Segundo os denunciadores, o processo eleitoral foi todo direcionado para eleger ou o atual reitor ou um candidato de sua simpatia, conforme pôde ser comprovado durante a campanha. Para isso, a estrutura pessoal e material da Uema teria sido usada sem parcimônia.

“Tenho certeza que a comunidade acadêmica, constituída dos alunos, do professorado e do corpo técnico-administrativo não compactua com isso, mesmo alguns se prestando para fazer moldura ao papel desempenhado pelo atual corpo dirigente da Uema”, diz, indignado, o candidato a reitor Professor Pós-Doutor Hamilton Jesus Almeida Santos.

Segundo ele, o Governo do Estado, o Ministério Público e o Judiciário e toda a sociedade maranhense devem ser informados sobre o que está acontecendo com a sua universidade. “Com certeza, não vão gostar de saber dessas mazelas”, avisou.

■ ABSOLVIÇÃO

O Tribunal de Justiça do Maranhão absolveu o ex-prefeito de Timon Chico Leitoa da acusação de fraudar processo licitatório no valor de R\$ 42.317,73 e ainda extinguiu o processo por suposto crime de injúria perpetrado contra o promotor de Justiça Luís Gonzaga e o juiz Gilberto de Moura Lima...

■ TAMPADO

...Na época, Chico comia 'tampado' com a dupla, que seguia todos os passos e fiscalizava com lupa todas as ações do então gestor... Daí a grande comemoração dos Leitoa pela absolvição no TJ/MA.

Prefeitos de Santana e de Igarapé são denunciados

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu, ontem, 25, denúncias contra os prefeitos de Igarapé Grande, Geames Macedo Ribeiro; e de Santana do Maranhão, João Sebastião Silva de Almeida. Geames foi denunciado pelo Ministério Público (MPE) por porte ilegal de arma, e Almeida é acusado de improbidade administrativa, por ter prestado contas de um convênio fora do prazo.

A denúncia contra o prefeito de Santana do Maranhão noticia que ele firmou convênio com a Secretaria de Estado da Cultura para o repasse de verbas ao município, no valor de R\$ 50 mil, a fim de que se viabilizasse a realização dos festejos juninos sob o tema "São João da Maranhensidade". Narra que, dentre as obrigações contratuais, o gestor público teria que prestar contas da aplicação dos recursos até 1º de setembro de 2008, e que ele não o fez.

ATRASADO

A defesa do prefeito alegou que a prestação de contas fora feita, embora com atraso. juntou aos autos declaração da Secretaria estadual, datada de 18 de fevereiro de 2009, atestando que a prefeitura encontrava-se regular com o órgão. Argumentou ainda que a denúncia foi ajuizada após a prestação de contas.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) ressalta que o

dispositivo pelo qual o prefeito foi denunciado, o inciso VII do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 201/67, relata como um dos crimes de responsabilidade dos prefeitos "deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos (...)". Segundo o parecer, tal dispositivo não descreve como crime apenas o ato de deixar de prestar contas, mas o de não prestá-las no devido tempo.

A relatora, desembargadora Maria dos Remédios Buna, acompanhou o entendimento da PGJ e votou pelo recebimento da denúncia. Os desembargadores Bernardo Rodrigues e Raimundo Nonato de Souza deram unanimidade à votação. A pena, em caso de condenação, é de detenção de 3 meses a 3 anos.

PORTE ILEGAL

A outra denúncia recebida, também por unanimidade, foi nos termos do voto do relator, desembargador Bernardo Rodrigues, para quem há indícios da ocorrência do crime no fato de um revólver calibre 38 ter sido apreendido com o prefeito de Igarapé Grande, que não tinha porte legal da arma.

Geames Ribeiro foi preso em flagrante em 19 de maio deste ano, na Rodovia MA-122. Segundo os autos, os policiais relataram que, ao transitarem pela rodovia, verificaram que o denunciado se encontrava na garupa de

uma motocicleta, portando ilegalmente a arma na cintura. O revólver, com seis munições, foi apreendido e submetido a exame de eficiência, cujo resultado indicou que estava perfeito para uso. O prefeito conseguiu liberdade provisória.

A defesa do prefeito alegou inépcia da denúncia por não haver especificação do local do suposto delito, e disse que, momentos antes da prisão, ele havia acabado de tomar a arma de um amigo que estava na iminência de envolver-se numa tragédia.

O entendimento da PGJ foi de que o suposto crime ocorreu de fato no Maranhão, que há indício real para recebimento da denúncia e por considerar inverossímil a versão de que o prefeito retirou a arma de um amigo. Os desembargadores acompanharam o parecer. A pena, caso o prefeito seja condenado no julgamento da ação penal, é de reclusão de 2 a 4 anos, e multa.

MAIS RIGOR

O desembargador Guerreiro Júnior está procurando resgatar a credibilidade da Justiça do Maranhão através do trabalho que vem fazendo na Corregedoria de Justiça. Acontece que o pleno do TJ deve tomar medidas mais duras contra os membros do judiciário que não andam na linha. É o caso do juiz Thales Ribeiro, de Dom Pedro, que mandou acabar com uma manifestação da comunidade. Acusado de uma série de ilegalidades, Thales já devia ter sido demitido há muito tempo. É o caso também do juiz Antônio Fernando dos Santos Machado, de Santa Luzia do Tide, acusado de assédio sexual contra uma cidadã. O TJ não devia apenas ter dado seguimento ao processo que apura a acusação. Já que tem certeza da veracidade da acusação, como disse um desembargador, o meritíssimo Antônio deveria ter sido logo afastado. Está havendo muito benevolência contra juízes que não honram a toga.